

DIVULGAÇÃO/GOV RJ



Instituto é o primeiro órgão a devolver recursos ao Tesouro

IRM devolve R\$ 70 milhões aos cofres do Estado do Rio

O Instituto Rio Metrópole (IRM) devolveu nesta quarta-feira (19) cerca de R\$ 70 milhões aos cofres do Estado, segundo informações divulgadas pelo Governo do Estado. O valor faz parte do orçamento estadual destinado ao instituto e, de acordo com o governo, poderá ser devolvido sem comprometer contratos e obrigações. Desde 24 de março, 5.968 servidores comissionados foram exonerados, gerando uma economia estimada em R\$ 280 milhões até o fim de 2026. O IRM também possui cerca de R\$ 300 milhões em um fundo formado por recursos de diferentes fontes. Segundo o Estado, um estudo técnico e jurídico avalia a possibilidade de devolver parte desse montante. A devolução de R\$ 70 milhões é apresentada pelo governo como a primeira efetivada dentro do processo de revisão de despesas.

Economia além dos cortes

Segundo informações divulgadas pelo Governo do Estado, a devolução dos R\$ 70 milhões foi possível após uma revisão financeira indicar que o IRM poderia manter contratos e obrigações sem utilizar o recurso. O movimento ocorre no contexto da revisão de despesas iniciada pelo governo, que resultou, desde março, na exoneração de 5.968 servidores comissionados e em uma economia estimada em R\$ 280 milhões até o fim de 2026.

EDUARDO P, CC BY-SA 3.0/VIA WIKIMEDIA COMMONS



Governo do RJ em clima de revisão de despesas

De volta à missão metropolitana

O Governo do Estado informou que o IRM prepara uma retomada da agenda metropolitana após o processo de reestruturação. Segundo o governo, os três eixos prioritários serão mobilidade, drenagem e ordenamento territorial. A proposta é ampliar a articulação entre Estado e municípios em temas que envolvem mais de uma cidade. O modelo citado como referência inclui a lógica de integração do Sistema Único de Saúde (SUS).

Transporte integrado

Entre as medidas apresentadas pelo Governo do Estado está a discussão sobre integração tarifária e operacional de ônibus, trens, metrô, barcas e outros modais. A proposta inclui a possibilidade de um único cartão no sistema metropolitano. Casa Civil, IRM, Secretaria de Transportes e BNDES já discutem o tema. Segundo o governo, a análise de um protocolo de intenções deve ser concluída até o fim do ano.

Drenagem sem fronteiras

Na área de drenagem, o Governo do Estado informou que o IRM pretende reunir Estado, municípios, comitês de bacia e instituições de pesquisa para discutir soluções de macrodrenagem. Entre os exemplos citados está a bacia do Rio Sarapuí, que atravessa municípios da Baixada Fluminense e envolve estruturas destinadas ao controle das águas. O caso é apontado como um exemplo de problema que ultrapassa limites municipais.

Ocupação do território

O ordenamento territorial é o terceiro eixo informado pelo Governo do Estado para a nova agenda do IRM. A proposta é ampliar a coordenação entre Estado e municípios em áreas relacionadas a obras de infraestrutura, sistemas de drenagem, diques e outras estruturas de proteção. Segundo o governo, o objetivo é considerar os impactos de decisões sobre ocupação do território em diferentes municípios.

Governança regional

De acordo com o Governo do Estado, a reestruturação também prevê mudanças na governança metropolitana, com maior articulação entre o Estado e as prefeituras. A intenção informada é fortalecer a participação conjunta nas decisões sobre temas de interesse comum. O IRM foi criado para atuar na coordenação de políticas voltadas à Região Metropolitana.

Próximo governo

O Governo do Estado informou ainda que o IRM pretende entregar, até o fim deste ano, uma agenda estratégica para orientar o próximo governo. O documento deverá reunir prioridades de investimentos e projetos para a Região Metropolitana, distribuídos em três horizontes: curto prazo, de até um ano; médio prazo, de quatro anos; e longo prazo, com planejamento para 10 anos.

BNDES na articulação

As discussões sobre o transporte metropolitano já envolvem Casa Civil, IRM, Secretaria de Transportes e BNDES, segundo o Governo do Estado. A intenção é avaliar um acordo de cooperação para a realização de estudos sobre a integração dos diferentes modais. O governo informou que a análise dos termos de um protocolo de intenções deve avançar até o fim do ano.

O alerta do Rio Sarapuí

No caso do Rio Sarapuí, o Governo do Estado citou situações em que estruturas construídas para controlar as águas e reduzir os impactos das chuvas foram afetadas, em determinados pontos, pela ocupação irregular do território. O exemplo aparece na agenda apresentada para mostrar a necessidade de tratar infraestrutura e ordenamento territorial de forma articulada entre os municípios.



LUCAS PRICKEN/STJ

Ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques durante a posse

Salomão quer STJ no debate sobre Inteligência Artificial

Novo presidente promete colocar tribunal ao lado da sociedade

Por **Beatriz Cicci**

O ministro Luis Felipe Salomão assumiu, nesta quarta-feira (19), a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) para o biênio de 2026 a 2028 prometendo colocar o tribunal ao lado da defesa da sociedade. Em seu discurso, ele colocou como um dos pontos que deseja abordar é o uso da Inteligência Artificial, fazendo com o que o STJ ajude a promover parâmetros que façam com que a nova tecnologia atue a favor do cidadão, e não contra ele.

O ministro Mauro Campbell Marques ocupará o cargo de vice-presidente. A cerimônia de posse ocorreu no Plenário da instituição e reuniu o maior público já registrado na Corte, com mais de 1.100 convidados, entre autoridades e figuras da comunidade jurídica.

A sessão solene contou com a presença dos chefes dos Três Poderes. O vice-presidente Geraldo Alckmin representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Presentes também os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin.

“Em determinados momentos históricos, os tribunais redefiniram os próprios fundamentos da vida social. Foram inúmeros precedentes marcantes, assegurando aos brasileiros a cidadania, o respeito e uma vida mais digna”, declarou.

“O Superior está em ebulição; prepara-se para iniciar um novo tempo dentro do sistema de Justiça. Caberá implantar, no ano que vem, o fundo para reaparelhamento de toda a Justiça Federal e de todo o Superior Tribunal de Justiça. A qualidade das decisões, a transparência e o acesso dos cidadãos serão preocupações permanentes de todos nós”, afirmou.

NOVOS TEMPOS

Além disso, Salomão manifestou a intenção de fazer com que a inteligência artificial e as ferramentas tecnológicas estejam a serviço da sociedade, e não o contrário. O ministro ainda reforçou seu objetivo de diminuir a litigância excessiva na área tributária e tornar efetivo o cumprimento de sentenças nas ações coletivas.

“A razão para a existência da Justiça é o ser humano, suas dores e seus conflitos. O respeito a seus direitos fundamentais”, disse.